



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 131/13

Declara de Utilidade Pública a
Associação dos Amigos do
Hospital da Fazenda Rio Grande,
com sede e foro no Município de
Fazenda Rio Grande.

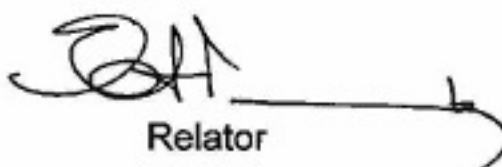
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação
dos Amigos do Hospital da Fazenda Rio Grande, com sede e foro
no Município de Fazenda Rio Grande.

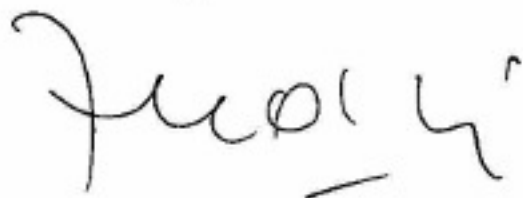
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente




Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 150/13

Altera o Anexo I da Lei nº 17.531, de 2013.

Art. 1º O Anexo I da Lei nº 17.531, de 3 de abril de 2013, passa a vigorar nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 3 de abril de 2013.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2013.

ALEXANDRE CURTI
Presidente

Relator
MARC LIMA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 167/13

Declara de Utilidade Pública o Instituto do Bem-estar Social Ebenezer - IBESE, com sede no Município de São Jorge do Patrocínio e foro no Município de Altônia.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto do Bem-estar Social Ebenezer - IBESE, com sede no Município de São Jorge do Patrocínio e foro no Município de Altônia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2013.

ALEXANDRE CURTI
Presidente

Relator



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI 154/2013

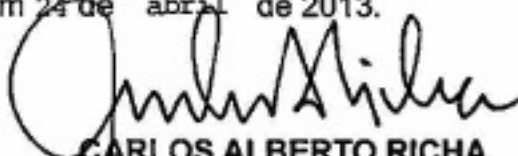
Súmula: transforma os cargos de provimento em comissão que especifica, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Ficam transformados os seguintes cargos de provimento em comissão, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública: 01 (um) cargo de Delegado Geral da Polícia Civil, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de Corregedor Geral, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Diretor da Escola de Polícia Civil, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Diretor Geral Adjunto da Polícia Civil, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Diretor de Instituto, símbolo 2-C e 18 (dezoito) cargos de Assistente, símbolo 9-C e 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-2; 05 (cinco) cargos de Assessor, símbolo DAS-5; 3 (três) cargos de Assistente, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 2-C.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 24 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em 26/04/2013
Presidente



MENSAGEM

Nº 034/2013

Curitiba, 24 de abril de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva transformar os seguintes cargos de provimento em comissão, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública: 01 (um) cargo de Delegado Geral da Polícia Civil, símbolo DAS-1; 01 (um) cargo de Corregedor Geral, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Diretor da Escola de Polícia Civil, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Diretor Geral Adjunto da Polícia Civil, símbolo 1-C; 01 (um) cargo de Diretor de Instituto, símbolo 2-C e 18 (dezoito) cargos de Assistente, símbolo 9-C em 01 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-2; 05 (cinco) cargos de Assessor, símbolo DAS-5; 3 (três) cargos de Assistente, símbolo 1-C e 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 2-C.

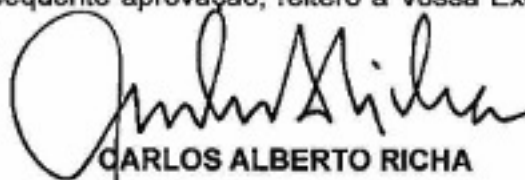
A presente proposta de alteração na estrutura de cargos em comissão da mencionada Secretaria de Estado se justifica como forma de contemplar as necessidades de apoio técnico às atividades programáticas por ela desenvolvidas.

A legislação que criou o sistema remuneratório na forma de subsídio fixado em parcela única - Lei nº 17.170/2012 - e a Lei nº 17.172 do mesmo ano, que estabeleceu a Função Privativa-Policial (FPP), na qual se propõe a mudança nos cargos que anteriormente eram destinados a integrantes da Polícia Civil, pois referidos cargos deixaram de se justificar para tal.

A proposta de ajuste ora submetida à apreciação dessa Casa de Leis representará redução mensal no valor de R\$ 238,38 (duzentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos) no valor real do custo do cargo em comissão da folha de pagamento.

Segue, em anexo, cópia autêntica de demonstrativo de custo da situação atual e da situação proposta caso a presente medida seja transformada em lei.

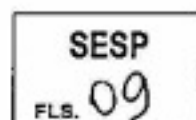
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.11.756.727-3



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL**



INFORMAÇÃO nº 279/2013-GPS

Protocolo: 11.756.727-3

Assunto: Proposta de alteração na estrutura de cargos em comissão da SESP de forma a contemplar as necessidades de apoio técnico às atividades programáticas.

Valor mensal: R\$ 51.498,09

Valor proposto: R\$ 51.259,71

Redução de valor: R\$ 2.860,56 (sem acréscimo de despesa)

Interessado: Grupo de Recursos Humanos Setorial – GRHS/SESP

Data: 27/02/13

As despesas correm a conta da dotação 3901.06181414.064 – Gestão Administrativa - SESP, natureza de despesa “pessoal e encargos”, fonte 100, com saldos orçamentários conforme QDD em anexo.

Maria Helena Paes
Chefe do GPS/SESP

Confere com o original
CC em 03/04/13
Ass.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Segurança Pública

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO DA DESPESA Nº 279/2013

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que a despesa abaixo identificada tem adequação com o Plano Plurianual para o período 2012/2015 (Lei nº 17.013/11), bem como está prevista na Lei das Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 17.219) e na Lei Orçamentária Anual para 2013 (Lei nº 17.398/12).

DECLARAMOS, ainda, que a despesa preenche todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto ao disposto nos artigos 16 e 17.

DECLARAMOS, ainda que há previsão orçamentária para cobertura das despesas nos valores informados abaixo.

Identificação da despesa: Proposta de alteração na estrutura de cargos em comissão da SESP de forma a contemplar as necessidades de apoio técnico às atividades programáticas.

Protocolo: 11.756.727-3

Valor mensal: R\$ 51.498,09

Valor proposto: R\$ 51.259,71

Redução de valor: R\$ 2.860,56 (sem acréscimo de despesa)

Dotação Orçamentária: 3901.06181414.064 – Gestão Administrativa - SESP, natureza de despesa “pessoal e encargos”, fonte 100, nos termos da Informação nº 279/2013-GPS, de 27/02/13.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2013.

Confere com o original
CC/SSP, em 27/02/13
Ass.

Ramatis Fávoro
Diretor Geral



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Segurança Pública

14

GABINETE DO SECRETÁRIO

DECLARAÇÃO

Eu, **Cid Marcus Vasques**, atualmente no cargo de Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná – SESP, na qualidade de ordenador de despesas da SESP, **atesto a completa regularidade do pedido**, presente no protocolo nº 11.756.727-3, nas esferas civil, penal e administrativa, para alteração na estrutura de cargos em comissão da Secretaria de Estado da Segurança Pública, na forma a —contemplar as necessidades de apoio técnico às atividades programáticas, conforme trata o artigo 5º, parágrafo VII do Decreto Estadual nº 6.191/2012 e disposições normativas contidas na Lei nº 8.429/1992, Lei nº 8.666/1993, Lei Estadual nº 15.608/2007 e Lei Complementar nº 101/2000.

Curitiba, 05 de 03 de 2013.

CID MARCUS VASQUES
Secretário de Estado da Segurança Pública

Ramatis Fávero
Diretor Geral da SESP

Confere com o original
CC nº 13, em
Ass.

PARECER TÉCNICO Nº 06/2013 – CMI/SEPL

**ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA DE CARGOS DE
PROVIMENTO EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA PÚBLICA.**

Protocolo nº 11.756.727-3


A Secretaria de Estado da Segurança Pública, mediante ofício nº 322/2013-GS, à folha nº 15 deste processo, encaminha para apreciação desta Pasta a proposta de alteração na estrutura de cargos em comissão daquela Secretaria.


A proposta em tela, justifica-se para complementar os ajustes decorrentes da implementação das Leis nº 17.170 e 17.172, de 24 de maio de 2012, que estabeleceram a Função Privativa Policial – FPP.

No âmbito de competência desta Coordenação de Modernização Institucional e em atendimento ao disposto no Decreto nº 488, de 1º de março de 2007, que aprovou o Regulamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, informamos que a presente matéria, após análise técnica, não apresenta modificação na estrutura organizacional da SESP, encontrando-se em condições de ser encaminhada para aprovação, visto também que a alteração nos cargos resultará na redução nas despesas na ordem de R\$238,38 por mês e anual de R\$2.860,56.

É o parecer que submetemos à consideração da direção superior desta Pasta.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2013.


Osny Martinelli Pereira Alves
Coordenador/CMI

Confere com o original
CC em 05/02/13
Ass. 



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Segurança Pública

Ofício n.º 360/2013-GS

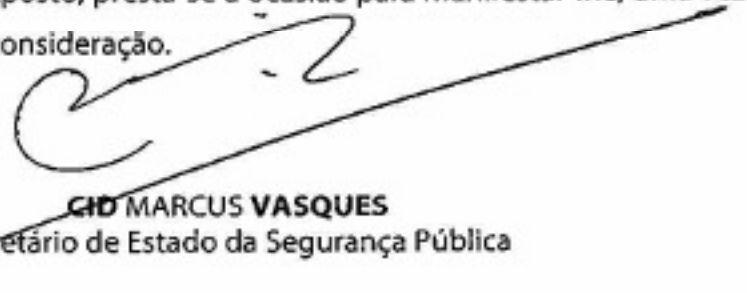
Curitiba, 08 de março de 2013.


Senhor Governador,

Cumprimentando-o, respeitosamente, cumpre-me submeter à apreciação de Vossa Excelência, o expediente protocolado sob nº 11.756.727-3, referente à **proposta de alteração na estrutura de cargos em comissão desta Secretaria de Estado da Segurança Pública**, nos termos da Informação nº 317/2013 do Núcleo Jurídico da Administração desta Pasta.

Saliento, ainda, que tais modificações têm o propósito de complementar os ajustes decorrentes da implementação das Leis nº 17.170 e 17.172, de 24 de maio de 2012, e que a minuta de anteprojeto de lei apresentada não enseja acréscimo de despesas ao Erário.

Circunscrito ao exposto, presta-se à ocasião para manifestar-lhe, uma vez mais, a garantia de minha mais alta consideração.


CID MARCUS VASQUES
Secretário de Estado da Segurança Pública

Confere com o original
CC/CH em 08/03/13
Ass. 

A Sua Excelência o Senhor
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado do Paraná
Pç. Nossa Senhora da Salette, s/nº – Palácio Iguaçu
CEP 80530-909 – Centro Cívico
NESTA CAPITAL

GS



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 154/2013

Projeto de Lei nº. 154/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 034/2013

Súmula: Transforma os cargos de provimento em comissão que especifica, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

EMENTA: SEGURANÇA. TRANSFORMA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO. POSSIBILIDADE E LEGITIMIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PRESENTE O ESTUDO DE IMPACTO FINANCEIRO. CONSTITUCIONAL E LEGAL. PARECER FAVORAVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa transformar os cargos de provimento em comissão que especifica, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ora, insta salientar que o assunto em questão aborda assunto de competência da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no entanto, a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Por fim, não há nenhum óbice quanto a Lei Complementar Federal nº 101/2000; eis que o estudo de impacto financeiro contido no projeto em exame, evidência que com a presente alteração haverá redução de despesas.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça







Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei,
em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes
todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 30 de abril de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR TRAIANO
RELATOR





APROVADO
30.04.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 154/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 034/13, que objetiva transformar os seguintes cargos de provimento em comissão, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública:

A – 01 (um) cargo de Delegado Geral da Polícia Civil, símbolo DAS-1;

B – 01 (um) cargo de Corregedor Geral, símbolo 1-C;
C – 01 (um) cargo de Diretor da Escola de Polícia Civil, símbolo 1-C;

D – 01 (um) cargo de Diretor Geral Adjunto da Polícia Civil, símbolo 1-C;

E – 01 (um) cargo de Diretor de Instituto, símbolo 2-C; e

F – 18 (dezoito) cargos de Assistente, símbolo 9-C, **EM**

A – 01 (UM) Cargo de Assessor, símbolo DAS-2;

B – 05 (cinco) cargos de Assessor, símbolo DAS-5;

C – 03 (três) cargos de Assistente, símbolo 1-C, e;

D – 01 (um) cargo de Assistente, símbolo 2-C.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Ademar Traiano, que exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

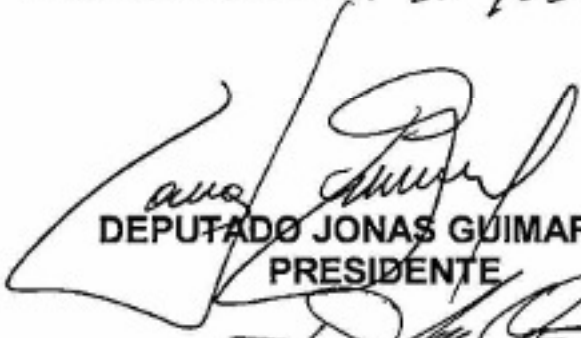
Vale ressaltar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que, além de não acarretar acréscimo de despesa ao Erário, ainda trará redução de despesas, conforme se pode observar no Parecer Técnico nº 06/2013-CMI/SEPL, onde constata-se a redução de despesas na ordem de R\$238,38 (duzentos e trinta e oito reais e trinta e oito centavos) por mês e de R\$2.860,56 (dois mil oitocentos e sessenta reais e cinquenta e seis centavos) por ano.


CONCLUSÃO

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 15/05/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR








ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 154/13

154/13 vale a Razura

Em exame o Projeto de Lei nº ~~154/12~~, Mensagem nº 034/13, de autoria do Poder Executivo, que objetiva transformar os cargos de provimento em comissão que especifica, no âmbito da Secretária de Estado da Segurança Pública.

Procedida à minuciosa análise da Proposição, e ainda considerando o Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, informa-se que nada encontramos que possa obstar à sua normal tramitação processual legislativa, estando o Projeto de Lei em condições de merecer o finalíssimo exame do Plenário desta Casa.

Em sendo assim, esta Comissão de Segurança Pública, manifesta-se FAVORAVELMENTE à Proposição em epígrafe.

Sala das comissões, em 28/05/2013

Maurício Moraes
Deputado Estadual
Presidente da CSP

Elio Rusch
Deputado Estadual
Relator



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 232/13

Súmula: Autoriza doação dos imóveis que especifica ao Instituto Federal do Paraná, no Município de Barracão.

*A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:*

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Instituto Federal do Paraná, do imóvel correspondente à Matrícula nº 11.898, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, localizado na PRT-163, Km 01, no Município e Comarca de Barracão, Estado do Paraná, com todas as suas edificações, benfeitorias, móveis e equipamentos.

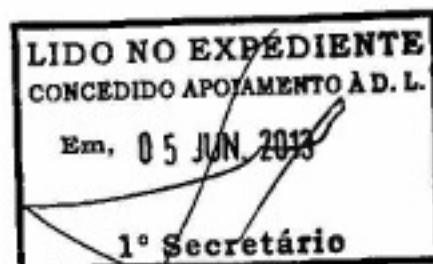
Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Instituto Federal do Paraná, do imóvel correspondente às Matrículas 14.938; 14.939; 14.940; 14.941; 14.942; 14.943; 14.944; 14.945; 14.946; 14.947; 14.948; 14.949; 14.950; 14.951; 14.952; 14.953; 14.954; 14.955; 14.956; 14.957; 14.958; 14.959; 14.960; 14.961; 14.962 e 14.963, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, localizado no Loteamento Teixeira, no Município e Comarca de Barracão, Estado do Paraná.

Art. 3º Os imóveis de que trata esta Lei ficam destinados exclusivamente à instalação do Campus de Barracão e fica gravado com cláusula de inalienabilidade, revertendo ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa daquela especificada, bem como também pela não instalação do Campus em Barracão e pleno funcionamento no prazo de cinco anos contados da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 04 de junho de 2013.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 054/2013

Curitiba, 04 de junho de 2013.

Senhor Presidente,

I - À DAP para feitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em 05/06/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação ao Instituto Federal do Paraná, no Município de Barracão, de dois imóveis, quais sejam:

- imóvel correspondente à Matrícula 11.898, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, localizado na PRT-163, Km 01, no Município e Comarca de Barracão, Estado do Paraná, com todas as suas edificações, benfeitorias, móveis e equipamentos;

- imóvel correspondente às Matrículas 14.938; 14.939; 14.940; 14.941; 14.942; 14.943; 14.944; 14.945; 14.946; 14.947; 14.948; 14.949; 14.950; 14.951; 14.952; 14.953; 14.954; 14.955; 14.956; 14.957; 14.958; 14.959; 14.960; 14.961; 14.962 e 14.963, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca, localizado no Loteamento Teixeira, no Município e Comarca de Barracão, Estado do Paraná.

A presente medida atende plenamente aos interesses públicos porque viabilizará a implantação do Campus de Barracão neste Município, em parceria com o Governo Federal, e já tendo sido os imóveis desapropriados com esta finalidade, mediante os Decretos nºs 5.100 e 5.101, ambos datados de 29 de junho de 2012, faz-se necessária a transmissão da propriedade a fim de que os recursos da União para a educação possam ser transferidos para o Instituto Federal do Paraná.

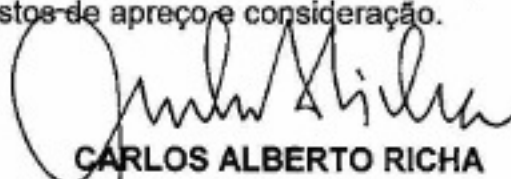
Consta no texto do anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que os imóveis ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e que retornarão ao patrimônio do Estado em caso de destinação

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.11.958.678-0



diversa daquela especificada para a qual foram doados, como também pela não instalação do Campus em Barracão e pleno funcionamento no prazo de cinco anos contados da publicação da Lei.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



PARECER AOS PROJETOS DE LEI Nº. 232/2013

Projeto de Lei nº 232/2013

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº. 54/2013

Súmula: Autoriza doação dos imóveis que especifica ao Instituto Federal do Paraná, no Município de Barracão.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 54/2013, visa efetuar a Doação ao Instituto Federal do Paraná, dos imóveis que especifica, para o fim de instalação do Campus de Barracão, de propriedade do Estado do Paraná.

II - ANÁLISE



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



Preliminarmente vale ressaltar que compete a Comissão de Constituição e Justiça, que em consonância com o disposto no artigo 33 - A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, legitimidade do proponente, bem como se a técnica legislativa ora utilizada esta em conformidade com a Lei Complementar 95/1998.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. **A iniciativa dos projetos caberá** a qualquer membro da Assembleia, **ao Governador**, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. **A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe** a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, **ao Governador do Estado**, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 3º da referida Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello




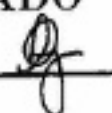
Diante do exposto, opina-se pela **aprovação** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **constitucionalidade**.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
RELATOR


APROVADO

11.06.13 



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 232/2013

Projeto de Lei nº 232/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 054/2013

Súmula: Autoriza a doação dos imóveis que especifica ao Instituto Federal do Paraná, no município de Barracão.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 232/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 054/2013, objetiva efetuar a doação de imóveis ao Instituto Federal do Paraná, no Município de Barracão, correspondente à Matrícula nº 11.898 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barracão-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 232/2013, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Barracão no Estado do Paraná, com a doação de imóveis destinados exclusivamente ao benefício exclusivo da população. A área acima descrita será utilizada especificamente para o Instituto Federal do Paraná, atendendo diretamente aos interesses de moradores daquela localidade em ampliar sempre investimentos em prol da educação. Esta será uma edificação por intermédio do Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade educacional já desenvolvida, tornando-se uma ação em prol da continuidade de um crescimento regionalizado.

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adelineo Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 232/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 054/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 232/2013, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, por beneficiar um Município



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tércio Turini; Deputado Teruo Kato.




e vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Barracão e ao Instituto federal do Paraná, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 232/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 11 de junho de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

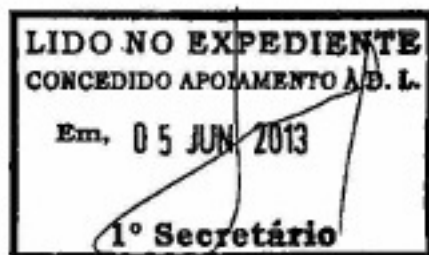

TERUO KATO
Relator


Elton Welter

Pastor Edson



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11 /2013

Altera a redação do artigo 4º da Resolução 13/2011.

Art. 1º O artigo 4º da Resolução 13, de 9 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Auxílio Alimentação de que trata esta Resolução é fixado em R\$ 700,00 (setecentos reais) e será revisto por ocasião da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de junho de 2013.


Deputado **VALDIR ROSSONI**
PRESIDENTE


Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**
1º SECRETÁRIO


Deputado **ADEMIR BIER**
2º SECRETÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
17ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa




JUSTIFICATIVA

Trata-se de correção do valor pago a título de vale alimentação aos servidores do Poder Legislativo.

A matéria segue acompanhada do impacto financeiro, atendendo o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

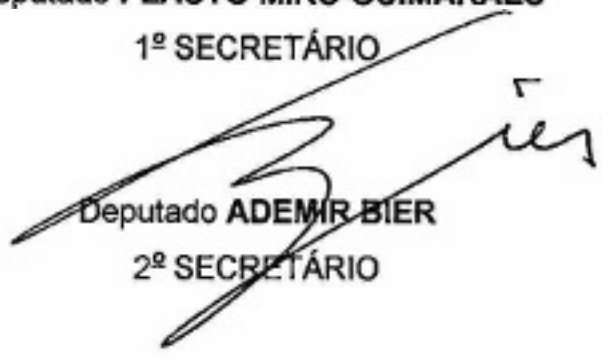
Sala das Sessões, 05 de junho de 2013.



Deputado **VALDIR ROSSONI**
PRESIDENTE



Deputado **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**
1º SECRETÁRIO



Deputado **ADEMIR BIER**
2º SECRETÁRIO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



IMPACTO FINANCEIRO PARA PROJEÇÃO DE REAJUSTE NO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Cálculo do impacto financeiro com a projeção de aumento (de R\$ 400,00 para R\$ 700,00) do auxílio alimentação no salário dos funcionários ativos para o mês de junho: efetivos, comissionados e adidos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para o exercício de 2013.

1)	Total da despesa com Pessoal no período de junho/2012 a maio/2013	267.275.057,79
2)	Receita Corrente Líquida período de maio/2012 a abril/2013	22.584.068.652,31
	Percentual	1,19%
3)	Despesa de pessoal dos meses de janeiro, fevereiro, março e abril/2013	74.294.052,51
4)	Total da despesa com pessoal - base mês de maio/2013	23.749.935,14
5)	Número de funcionários com direito ao auxílio - base mês maio/13 (ativos)	1676
6)	Reajuste de R\$ 300,00 (5*6)	502.800,00
7)	Total da despesa com pessoal para o mês de junho/2013 (4+6)	24.252.735,14
8)	Despesa com pessoal de julho a dezembro/2013 com novo auxílio, incluindo 13ª.	169.266.345,98
9)	Total da despesa com pessoal no exercício de 2013 = (3+4+7+8)	291.563.068,77
10)	Total da despesa com pessoal / R.C.L. - (9/2*100)	1,29%
		Aumento de 0,10%

OBS.:

1 - Os valores acima foram calculados sobre a Receita Corrente Líquida do período de abr/2012 a maio/2013, sem considerar qualquer aumento de Receita.

2 - Estimando um crescimento de 10,88% na Receita Corrente Líquida para o exercício de 2013, totalizando R\$ 25.042.444.782,00, o índice de pessoal de 1,29% passa a 1,16%. Ou seja, aumento real de 0,03%.

3 - O limite máximo (Incisos I, II e III do art. 22 da LRF) = 1,64%; e o limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) = 1,55%.

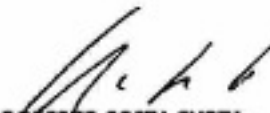
Receita Corrente Líquida referente aos 03 exercícios anteriores


Exercício de 2010 - R\$ 16.963.003.163,63


Exercício de 2011 - R\$ 19.713.401.709,34 - 16,21%

Exercício de 2012 - R\$ 22.584.068.652,31 - 14,56%

Curitiba, 05 de junho de 2013.


ROBERTO COSTA CURTA
Diretor Geral


CLEBER AUGUSTO CAVALH
Diretor de Apoio Técnico


SÉRGIO BRUN
Diretor Financeiro



RESOLUÇÃO Nº 013/11

Institui no âmbito do Poder
Legislativo o Auxílio-Alimentação.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituído Auxílio-Alimentação, a ser pago mensalmente, aos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa.

§ 1º O Auxílio de que trata esta Resolução possui natureza indenizatória e não é extensível aos proventos de aposentadoria, às pensões e aos servidores em disponibilidade, em gozo de licença sem vencimentos para tratamento de interesses particulares, em licença remuneratória para fins de aposentadoria, ou que estejam cumprindo pena de suspensão.

§ 2º O Auxílio-Alimentação será pago aos Policiais Militares lotados no Gabinete Militar da Presidência da Assembleia Legislativa.

Art. 2º Considerar-se-á, para efeito de pagamento do Auxílio-Alimentação, a proporção de 22 (vinte e dois) dias úteis por mês.

Parágrafo único. A proporção de que trata este artigo será considerada para efeito de desconto de eventuais faltas injustificadas.

Art. 3º O Auxílio-Alimentação de que trata esta Resolução não será:

- I – incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;
- II – configurado como rendimento tributável;
- III – base de cálculo de contribuição previdenciária; e
- IV – caracterizado como salário-utilidade ou prestação *in natura*.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Resolução nº 013/11 – fls. 02.

Art. 4º O Auxílio-Alimentação de que trata esta Resolução é fixado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e será revisto por ocasião da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo.

Art. 5º As despesas desta Resolução serão custeadas com recursos orçamentários do Poder Legislativo.

Art. 6º Ficam revogadas as Resoluções nº 001/1960, 037/1972 e 339/1977 e o Art. 13 da Resolução nº 002/1964.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2011.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 07 de novembro de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/2013

Projeto de Resolução nº 11/2013

Autor: Comissão Executiva

Súmula: Altera a redação do art. 4º da Resolução nº 13/2011, que dispõe sobre o auxílio alimentação.

EMENTA: ALTERA O ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 13/2011. INICIATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA. POSSIBILIDADE. ART. 54 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTS. 33-A, I, 18, III, "C" E 121, § 2º DO REGIMENTO INTERNO. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executiva visa alterar o artigo 4º da Resolução 13/2011, que passará a vigorar com a seguinte redação: *"O auxílio Alimentação que trata esta Resolução é fixado em R\$700,00 (setecentos reais) e será revisto por ocasião da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo".*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A Constituição Estadual estabelece a competência privativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para dispor sobre sua organização e funcionamento, conforme segue:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Liderança do Governo



empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Ademais, a Comissão Executiva é competente para iniciar processo legislativo acerca da remuneração dos funcionários desta Casa de Leis, conforme preceitua o art. 18, III, "c" do Regimento Interno.

Art. 18 À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

III - iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembléia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Além disso, o Projeto de Resolução é o meio adequado para regular matéria de caráter administrativo, conforme dispõe o art. 121, § 2º, do **Regimento Interno**, senão vejamos:

Art. 121. A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo



§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembleia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como: (...)

Assim, resta claro que o Projeto de Resolução encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Resolução encontra-se em consonância com as disposições da Lei Complementar Federal nº 95/98.

CONCLUSÃO

VALE A
RASURA

Resolução Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR TRAIANO

RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11/13

RELATÓRIO

O Projeto de Resolução em epígrafe é oriundo da Comissão Executiva e objetiva alterar a redação do artigo 4º da Resolução nº 13/2011, que dispõe sobre o auxílio alimentação dos servidores da Assembleia Legislativa do Paraná.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o objetivo da matéria em questão é fixar em R\$700,00 (setecentos reais), o auxílio alimentação dos servidores desta Assembleia Legislativa.

Observe-se que as despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria da Assembleia Legislativa do Paraná.

Vale ressaltar que o reajuste de R\$300,00 (trezentos reais) no auxílio alimentação impactará no valor de R\$502.800,00 (quinhentos e dois mil e oitocentos reais) por mês, alcançando 1676 funcionários com direito ao auxílio - tendo como base o mês de maio/2013.

De igual modo, a proposta em tela está acompanhada do impacto orçamentário-financeiro para a projeção de reajuste no auxílio alimentação, conforme Informação dos Diretores Financeiro, Geral e de Apoio Técnico, constante das fls. 04.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

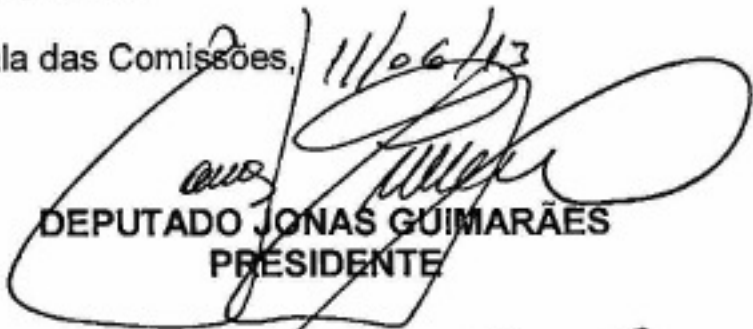


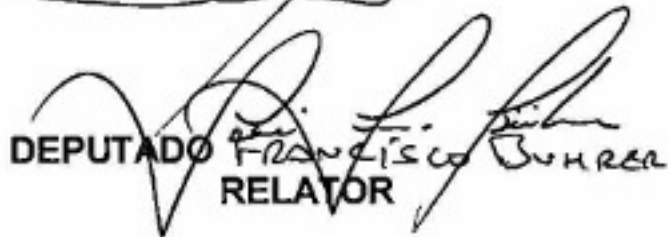
CONCLUSÃO

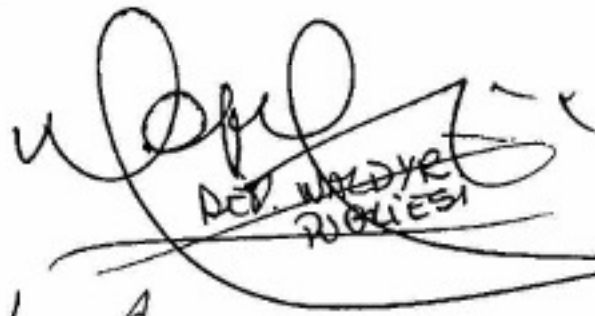
Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

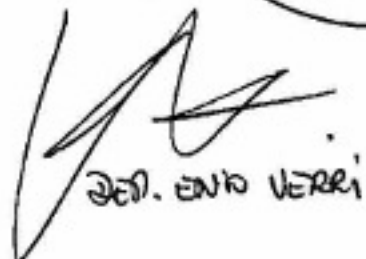
É o parecer.

Sala das Comissões, 11/06/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO FRANCISCO BUZZA
RELATOR


DEP. WALDYR RUCIESI


DEP. EDIVALDO VERRI


DEP. PASTOR EDSON